

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL NOVA FLORESTA-PB 2025

Documento orientador das ações pedagógicas da Educação Integral e Integrada de Nova Floresta-PB na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais)



REFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB
PREFEITO – JOSÉ IRAN DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIO – JOSÉ DE ARIMATEIA OLIVEIRA VALDIVINO

EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JOSEFA BARBOSA ARAÚJO DA SILVA –
TÉCNICA EM PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS;
JOCILENE FERNANDES DOS SANTOS – COORDENADORA GERAL;
ANDRÉ RICARDO DA SILVA DIAS – COORDENADOR;
LUCIVANIA NORBERTO MOREIRA – COODENADORA;
MARONIDES DO NASCIMENTO DANTAS -COORDENADORA;
MANOEL MODESTO DOS SANTOS NETO – TÉCNICO;
ROSALITA DE MEDEIROS LINS – TÉCNICA.



SUMÁRIO

1.	01	
2.	A EDUCAÇÃO INTEGRAL: HISTÓRICO EM <u>NOVA FLORESTA-PB</u>	02
3.	PROPOSTA EDUCATIVA	04
3.1	CONCEITO	04
3.2	CURRÍCULO INTEGRAL	04
3.3	ARTICULAÇÃO COM O CURRÍCULO BÁSICO	05
3.4	A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	06
3.5	A CIDADE EDUCADORA	07
3.6	ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL	09
4.	ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	10
4.1	DA SELEÇÃO DOS ESTUDANTES	13
4.2	DO QUADRO DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	13
4.3	PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	14
4.4	FREQUÊNCIA ESCOLAR	17
4.5	REGISTRO DAS INFORMAÇÕES	18
4.6	FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	19
5.	OUTRAS FORMAS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	20
5.1	POLOS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	20
6.	EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO	22
7.	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	23
8.	LEGISLAÇÕES QUE NORTEIAM A POLÍTICA BÁSICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	26
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
10.	ANEXOS	29

1. APRESENTAÇÃO

Um dos principais legados de Anísio Teixeira foi, na esteira do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado na década de 1930, ter identificado que a estrutura da Educação Brasileira reproduzia a divisão das classes sociais ao manter duas entradas e dois sistemas. Para os filhos da classe trabalhadora foi instituído um ensino pobre para os pobres, raso em termos de conhecimento, aligeirado, voltado a preparação de mão de obra para o “mercado de trabalho”. Já, para os filhos das elites, um outro sistema estava organizado, com ampla formação científica e humanista, que dava a esses jovens os fundamentos para avançar ao ensino superior e se preparar para assumir postos de comando na sociedade, reproduzindo os privilégios destas elites.

Anísio Teixeira defendia uma escola para todos, de igual qualidade e currículo abrangente, tanto para crianças como para jovens, de caráter laico, e integral - integral não somente no tempo, mas na garantia de uma formação ampla. Uma Educação que formasse para a vida, para conhecer as ciências, as humanidades, as artes, possibilitando desenvolver uma apreciação estética, percepção política e conteúdo ético, bem como uma cultura corporal e saúde. Sobressai neste aspecto, uma forma de educação generosa, como por exemplo, os projetos das “Escolas Parque”, em Salvador, no Rio de Janeiro e em Brasília, que o educador baiano criou na década de 1950.

Darcy Ribeiro é tributário dessa Educação, e criou os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola, na década de 1980. Nos anos 2000 temos a experiência dos CEUs (Centros Educacionais Unificados) na cidade de São Paulo com Marta Suplicy e Fernando Haddad, que foram mantidos pelos governos seguintes e permanecem nessa concepção. Diversas experiências em municípios brasileiros compõem este universo de práticas democráticas, com uma concepção educacional que respeita a diversidade, prioriza a inclusão social, racial, geracional, cultural e de PCDs.

Faz parte desse campo de experiências também a passagem de Paulo Freire pela Secretaria da Educação do município de São Paulo no governo de Luiza Erundina e o Programa “Mais Educação” do MEC, entre 2004 e 2014. Experiências exitosas para formação integral, as quais não desprezam a formação para o mundo do trabalho, mas se enriquecem de forma mais ampla, promovendo a participação política, a apreciação das artes e preparando melhor os alunos para a entrada na Universidade.

Nesta direção, precisamos apoiar a proposta de Educação Integral do atual Governo Federal, porém, qualificando-a para que seja uma Educação ampla, abrangente como deve ser.

Fonte: Convite II Seminário Nacional de Educação Integral-UFBA.

2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL: HISTÓRICO EM NOVA FLORESTA PB

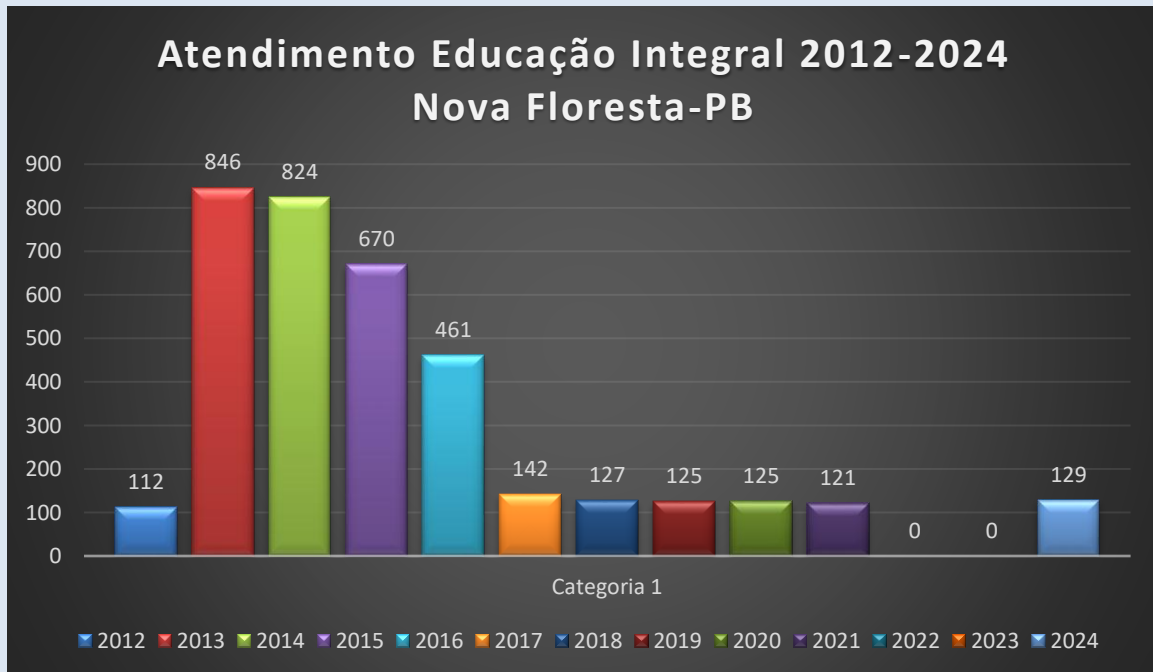
O município de **Nova Floresta – PB**, desenvolveu educação em tempo Inegral desde o ano de 2012 e através do extinto Programa Mais Educação durante os anos de **2013, 2014 e 2015**, em **2023** o município de Nova Floresta – PB através da Secretaria de Educação faz a adesão do Programa Escola em Tempo Integral – ETI do Governo Federal.

No ano de 2012, o município contava com apenas 112 alunos matriculados em tempo integral. Tendo em vista o início do Programa Mais Educação, no ano de 2013 esse número aumenta de forma significativa para 846 alunos matriculados em tempo integral; em 2014 esse número sofre um pequeno decréscimo, chegando a 824 matrículas e em 2015 último ano de financiamento do programa as matrículas sofrem uma queda considerável para um total de 670 estudantes, queda essa que se torna ainda mais notável nos anos seguintes, onde em 2016 temos 461 estudantes atendidos e números pouco acima dos 120 nos próximos anos, com exceção de 2022 e 2023, onde em ambos não houve matrículas para Educação em Tempo Integral no município, em 2024 o município apresentou 124 matrículas conforme demonstra o gráfico abaixo. Isso demonstra o significativo grau de participação do Estado na concretização da Política de Educação Básica Integral. Além dos avanços numa concepção pedagógica diferenciada, ampliando as perspectivas educacionais, é importante que haja ampliação dos estudantes e escolas atendidos meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE.

O município de **Nova Floresta - PB**, por meio da Secretaria Municipal de Educação – **SME**, retoma em suas ações no ano de 2024 o projeto de Educação em Tempo Integral elaborando o referido plano de Ação e a Resolução que regulamenta a implantação do Programa na Rede Municipal de Ensino.

Promover a formação integral do estudante significa que, além da aquisição de conhecimentos formais, o processo educativo deve garantir o desenvolvimento do corpo, da sociabilidade, das emoções e das diferentes linguagens, assegurando ao estudante um tempo qualificado de vivência cultural e um currículo capaz de integrar, além da dimensão cognitiva, também as dimensões afetiva, ética, estética, cultural, social e política. Isso significa ofertar aos estudantes do Município de **Nova Floresta– PB** um currículo integral que permite a eles aprenderem a se alimentar e a cuidar de seu corpo, bem como compreender e respeitar a diversidade. Conhecimentos esses, tão importantes quanto aprender a ler, escrever.

O Gráfico a seguir apresenta o quantitativo de estudantes matriculados na Educação Integral e Integrada entre os anos de 2012 a 2024.



Segundo a Meta 6 do PNE, até 2024, as redes estaduais e municipais devem ofertar Educação Integral e Integrada para pelo menos 25% dos estudantes e ter no mínimo 50% de suas escolas com pelo menos 01 (um) estudante matriculado em atividades de Educação Integral.

3. PROPOSTA EDUCATIVA

3.1 Conceito

A Educação Integral e não pode ser compreendida apenas como a ampliação da jornada de carga horária dos estudantes diariamente e sim como a garantia de direitos de aprendizagem em todos os campos cognitivos, sociais e emocionais.

Assim, é por meio da Educação Integral explicitada nos Projetos Pedagógicos das escolas e reconhecida em cada instituição, por toda a equipe docente, que a escola se torna uma escola integral, que não a divide ou se separe em duas unidades: a que oferta o tempo regular e aquela que oferta a Educação Integral. A finalidade geral da ampliação da jornada é proporcionar uma Educação Integral aos estudantes, por meio da integração entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria das aprendizagens em todas as áreas do conhecimento, a construção e ocupação da cidade como território educativo e a possibilidade de exercício da cidadania e da intervenção social na comunidade, bem como a promoção e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Matemática e Língua Portuguesa abordando de forma interdisciplinar e que tenha significado com vistas à aplicação cotidiana dos saberes.

A Educação Integral é um processo educativo, que parte do reconhecimento do estudante como sujeito sociocultural e da necessidade de a prática educativa dialogar com a realidade e com os saberes presentes nos territórios.

3.2 Currículo Integrado

Para desenvolver a Educação Integral faz-se necessária a construção e execução de um currículo integrado. A palavra “currículo” teve diferentes significados ao longo da história da Educação. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos a serem ensinados. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente - o que leva à necessidade de refletir sobre suas influências na prática pedagógica. Na perspectiva do Projeto Pedagógico para as Escolas de Ensino Fundamental de **Nova Floresta - PB**, o currículo integrado é aquele que pode e deve ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais e outros que atuem na escola e que esse currículo seja amplamente discutido e construído com a participação de todos os atores envolvidos. Conceitualmente, **Santomé¹** (1998) explica que a denominação “currículo integrado” tem sido utilizada visando contemplar uma

compreensão global do conhecimento e promover ações interdisciplinares na sua construção. A integração ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e as formas de conhecimento nas instituições escolares. **Bernstein²** (1996) afirma que a integração coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promova maior iniciativa de professores e estudantes, maior integração dos saberes escolares aos saberes cotidianos dos jovens, combatendo a visão hierárquica e dogmática do conhecimento. Em síntese, o autor aposta na possibilidade de os códigos integrados garantirem uma forma de socialização apropriada do conhecimento, capaz de atender às mudanças em curso no mundo.

SANTOMÉ, J. T. 1998. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas.

BERNSTEIN, B. 1996. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes.

3.3 Articulação com o Currículo Básico

Ao organizar uma proposta na perspectiva do Currículo Integrado significa muito mais que acrescentar novas disciplinas ou ofertar oficinas no contra turno diante da ampliação da jornada.

Significa construir uma nova postura pedagógica, rompendo com a estrutura fragmentada do currículo, adotando uma abordagem integradora, que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

Para materializar esse currículo integrado a **SME** convida as escolas municipais que ofertam a Educação Integral no Ensino Fundamental, junto de seu corpo docente, a responder a pergunta abaixo:

Como deslocar a Escola do lugar de transmissora de informações para o papel de formadora de sujeitos culturais?

Hoje, nosso maior desafio é que os estudantes passem a perguntar e a problematizar – são essas competências que os permitem se posicionar como protagonistas de sua própria trajetória escolar. O propósito é fazer com que eles sejam capazes de decidir e comprometer-se com as atividades, que saibam projetar-se no tempo e planejar suas ações, e que sejam sujeitos de sua própria aprendizagem. Assim as escolas que ofertam a Educação Integral devem criar tempos comuns para o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Intervenção.

A Educação Integral é uma ação da escola como um todo e não somente um “projeto específico” desenvolvido paralelamente ao ensino regular. O que se passa nos conteúdos curriculares pode e deve ser articulado com a educação integral e vice-versa. Desta forma, a escola deverá elaborar atividades estratégicas com a finalidade de aproximar as matrizes curriculares básicas às atividades e a perspectiva da educação integral

As ações estratégicas poderão ser concebidas nos encontros de planejamento coletivo. São várias as possibilidades de aproximação, por exemplo:

- Divulgando uma programação das ações da Educação Integral no mural de informações nas salas de professores das escolas participantes;
- Promovendo atividades conjuntas entre Ensino Regular e Educação Integral;
- Formando, na perspectiva da Educação Integral, para professores que atuam somente no Ensino Regular;
- Exigindo a participação dos professores da Educação Integral no conselho de classe;
- Abrindo os espaços e aulas da Educação Integral para acolhimento de atividades; desenvolvidas pelos professores do Ensino Regular;
- Utilização do conteúdo ministrado nas aulas do Ensino Regular nas atividades de educação integral.

O professor coordenador e o especialista das escolas que ofertam a Educação Integral e Integrada, com apoio do Diretor, bem como os próprios professores, são responsáveis pela elaboração/execução das ações estratégicas de aproximação pois são os executores do Projeto Político Pedagógico da escola.

3.4 A pesquisa como princípio educativo

A escola tem a função básica de possibilitar que o estudante questione o mundo em que vive e passe a se perguntar sobre ele, comece a olhá-lo de uma forma investigativa. Nesse sentido, a escola precisa criar boas estratégias de problematização para que os estudantes se sintam motivados a aprender.

É com esta perspectiva que, ao desenvolver projetos de pesquisa e/ou de intervenção concebidos como uma proposta pedagógica situações de aprendizagem apareçam, nas quais as disciplinas tornam-se ferramentas de apoio na busca de soluções para o problema proposto, como algo desafiador e não apenas como uma dificuldade. Os projetos poderão ser de uma turma, de toda a escola ou de um ou de poucos estudantes; poderão versar sobre um tema de livre escolha, que permita a cada estudante pesquisar mais profundamente um assunto de seu interesse. O tema de um projeto pode ser sugerido pelos estudantes, motivados por questões suscitadas pelos acontecimentos sociais ou propostos por um professor ou grupo de professores mobilizados no Projeto. O desafio é transformar os temas de interesse em problemas que instiguem o grupo a compreendê-los.

É importante garantir, dentro do possível, um horário comum para que todas as turmas se envolvam em um projeto de pesquisa. Neste horário os estudantes agrupados, por afinidade, séries

diferentes ou até mesmo individualmente, formularão questões para resolver um problema e pesquisarão o tema, atribuindo significados e construindo suas soluções.

A perspectiva da pesquisa é fundamental na Educação Integral deve ter como objetivo permitir que os estudantes se reconheçam em seus territórios, que reconheçam sua comunidade e sejam capazes de , pertencendo a esse espaço , transformá-lo . **Para isso é preciso criar, com a ampliação da jornada, possibilidades para que os estudantes e seus professores saiam do espaço físico da escola e explorem o seu entorno, seu bairro, sua cidade e, além dos muros da escola, sejam convidados a interagir e conviver com a comunidade, permitindo o reconhecimento e o convívio com outros atores da comunidade escolar e externos a ela.**


Assim, pedimos que as escolas organizem dentro do possível uma saída mensal, preferencialmente nas regiões e equipamentos vizinhos à escola e com os professores de determinado turno, alternando os dias da semana e os turnos durante o ano, de forma que todos os professores possam ser envolvidos. **Esse momento será destinado à apropriação e diálogo com a cidade, uma vez que a aprendizagem não está restrita ao espaço circunscrito pelos muros da escola.** Quando estudantes vivem e convivem em vários espaços que a cidade proporciona, eles ampliam as aprendizagens, pois a comunidade, com sua diversidade é um agente educacional possibilitador de inúmeras oportunidades de aprendizagem.

3.5 Ampliando as fronteiras das escolas

A utilização de espaços fora da escola é primordial para o desenvolvimento da Educação Integral, tanto no que diz respeito à ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem quanto no auxílio à superação das dificuldades de infraestrutura. A expansão do espaço escolar para além dos muros da escola e a inclusão de novos atores no processo educativo são etapas fundamentais para a concretização de uma educação integral de qualidade.

É necessário ocupar outros espaços da cidade, potencializando o uso dos equipamentos e espaços públicos, estimulando a articulação de políticas públicas para garantia de direitos, como o direito ao esporte, à saúde e à cultura. A realização de ações fora da escola permite o aprendizado ao circular pelo território dando novos significados aos tempos e espaços nele contido, ou seja, é apostar na educação na cidade, para cidade, aprendendo com ela e a transformando em espaço de aprendizagem para todos os seus habitantes.

Neste sentido, orientamos que as escolas **façam a cartografia do seu entorno**, identificando praças, quadras, centros culturais, museus, teatros, cinema, grupos culturais (de teatro, dança, guarda de congados, entre outros) fazendas, comunidades tradicionais e demais espaços e sujeitos que possam contribuir com a realização das ações de Educação Integral e Integrada.



Os docentes deverão levantar com os estudantes quais lugares com potencial educativo existem no entorno da escola. Com intuito de reconhecer e ativar as potencialidades educativas nesse território, o desafio que se coloca é pensar em como acessar, conhecer, utilizar e significar os espaços. Pensar como os estudantes e a comunidade se relacionam, aprendem e *culturalizam* o território.

A cartografia possibilitará a visualização do território no qual a escola e Polo estão inseridos e deverá possibilitar a construção de ações e atividades com os elementos identificados. **Por exemplo: praças e quadras** podem ser utilizadas para apresentação, ensaios, atividades de leituras, esporte e lazer e seus canteiros podem receber uma horta ou jardim comunitário; salas de teatro, museus e centros culturais podem compor um percurso de atividades temáticas. São várias as possibilidades de ações e por isso **orientamos que pelo menos uma vez ao mês se realize uma atividade externa aproveitando as potencialidades do território.**

Importante destacar que a cartografia não se destina somente às ações de educação integral, mas a toda a escola, podendo ser utilizada pelos professores do Ensino Regular. Se a escola não direcionar e (re) significar os espaços escolares nada adiantará esticar a corda do tempo, nada adiantará ampliar a jornada escolar, pois os muros da instituição são limitados, não exalam o aroma que a cidade pode oferecer. Nesse sentido, a cidade precisa ser compreendida “[...] como território vivo, permanentemente concebido, reconcebido e produzido pelos sujeitos que a habitam”. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida.

A escola deve considerar essa aproximação e olhar para cidade, não apenas focalizando o perigo, a violência, mas considerando seus espaços educativos, dentre eles, o clube, o museu, a praça da cidade, o museu etc. “[...] a compreensão da cidade como uma grande rede ou malha de espaços pedagógicos formais (escolas, creches, faculdades, universidades, institutos) e informais (teatros, praças, museus, bibliotecas, meios de comunicação, repartições públicas, igrejas, além do trânsito, do ônibus, da rua) que, pela intencionalidade das ações desenvolvidas, pode converter a cidade em território educativo, pode fazer da cidade uma pedagogia lançando novos olhares para novos espaços que podem se destinar à aprendizagem e que se alinham entre si e com a cultura. Movidos pela ressignificação das relações entre aprendizagem, saberes e culturas, numa relação de integração e de complementaridade”.

Jaqueline Moll (2007) aponta que “[...] a possibilidade da conversão do território urbano em espaço educador pressupõe uma intencionalidade pedagógica presente nas ações desencadeadas pelos diferentes atores que vivem a cidade e esta pressupõe explicitação/diálogo acerca do projeto educativo presente nessas ações”.

Construir uma identidade coletiva de um grupo de pessoas nesse modelo de educação é valorizar a pluralidade de saberes e reconhecer as diversas expressões do conhecimento marcado em um mundo contemporâneo, favorecendo a construção de um projeto democrático, difundindo saberes, espaços e recursos, num vislumbre de diferentes espaços sociais da cidade. A categoria espaço assume “contorno de território e ganha amplitude na medida em que acena para o cenário da política pública intersetorial, da complexidade social de estratégias integradas da educação”. Isso significa que este espaço é de aprendizagem “sem limites, sem cercas, um espaço envolvente de sociabilidade, de pertencimento, de expansão humana, de intencionalidades, de partilha de vida”.

3.6 Articulação com a comunidade, família e proteção social

A proposta de usar espaços da cidade como espaços educativos requer autonomia e participação de todos os envolvidos, característica nem sempre presente na estrutura das escolas mais tradicionais, por isso não basta que o docente se entusiasme; é necessário que todos façam adesão. Como afirma **Yus (2001)** “é difícil educar em uma escola integral se ele próprio, o professor ou a professora, não pensa a educação de uma maneira global e não põe em questão sua própria formação distorcida”.

Isso significa que o professor deve capacitar-se e compreender a centralidade dinâmica da escola na comunidade e assim colocar em prática a ideia de educação global, fazendo com que a escola abra oportunidades para a sua própria mudança, transformando vidas e contribuindo para a formação integral de seus alunos.

A proposta destaca a importância da disposição para o diálogo e para a construção de um projeto pedagógico que contemple ações compartilhadas e intersetoriais na direção de uma educação integral que promova a integração e a socialização de alunos e professores na preservação das tradições e do conhecimento popular.

A relação entre escola e comunidade é um pressuposto da concepção de Educação Integral, o qual entende a cidade como um amplo espaço educativo com vários lugares e sujeitos. Sendo assim, a escola deve construir estratégias a fim de envolver a comunidade no planejamento e na execução de ações, buscando resultados que contribuam na relação escola-comunidade.

A realização de atividades de educação integral durante a semana e aos **finais de semana** fortalece o aspecto institucional e cultural da política, além de ampliar os laços entre a escola e comunidade e desenvolver o território na qual elas se encontram.

Envolver a família na educação integral é imprescindível para o processo educativo dos estudantes, pois assegura que as ações promovidas pela escola alcancem maior desenvolvimento. Para tanto, as escolas devem estimular as famílias a participarem de todo o processo educacional.

As escolas de Educação Integral deverão elaborar uma agenda **mensal ou bimestral de ações com as famílias dos estudantes** em conformidade com o calendário escolar através de exposições, saraus e mostras para socialização das produções dos estudantes; reunião de pais/responsáveis; experimentação, pelos pais, das oficinas desenvolvidas com os estudantes, dentre outros.

Esta tarefa caberá ao diretor, professor-coordenador/especialista. A participação das famílias no âmbito escolar contribui para uma educação de qualidade nas escolas, visto que a atuação familiar no processo educativo aproxima a escola da realidade dos alunos e permite que sejam conduzidas ações educativas que considerem o contexto social dos educandos.

A Educação Integral é uma tarefa que demanda a participação das diversas secretarias e autarquias do poder público. **Frente a isso, é fundamental a realização de parcerias com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Esporte, Cultura, entre outras.**

Vale lembrar que as parcerias com as instituições privadas e do terceiro setor também contribuem para o desenvolvimento de uma política de educação integral e integrada de qualidade.

Assim podemos estabelecer uma rede de proteção social e um plano de convivência democrática que tenha por finalidade a promoção, a defesa e garantia de Direitos Humanos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades no ambiente escolar. Além disso, que articule projetos e estratégias educativas para promover e defender direitos, compreender e enfrentar as violências no ambiente escolar, incentivar a participação política da comunidade escolar e fortalecer a política de educação integral nos territórios onde as escolas estão inseridas.

4. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Em 2025, a Política de Educação Básica Integral se dará a partir do desenvolvimento de atividades em 9 (nove) macrocampos temáticos, os quais subdividem-se em diversas atividades. Sendo eles:

1. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (Português e Matemática)
2. COMUNICAÇÃO, USO DE MÍDIAS E CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA
3. CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA E CRIATIVA e AGROECOLOGIA
5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
6. ESPORTE E LAZER
7. INICIAÇÃO CIENTÍFICA
8. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
9. PROMOÇÃO A SAÚDE


As escolas têm autonomia para escolher os macrocampos e atividades, após consulta aos seus estudantes e familiares sobre o interesse nas atividades propostas. Somente o macrocampo de Acompanhamento Pedagógico é de caráter obrigatório uma vez que ele é ao macrocampo denominado a todas as escolas que ofertam a Política de Educação Básica Integral e Integrada no Ensino Fundamental .

Caberá à escola, depois da escolha das famílias e estudantes, ofertar **no mínimo 01 (um) macrocampo** dentre aqueles que obtiveram a maior procura, além do macrocampo de Acompanhamento Pedagógico.

Quadro I – Macrocampos e Atividades para todas as escolas sejam Urbanas ou Escolas do Campo

MACROCAMPOS	ATIVIDADES
A) Acompanhamento Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação de Estudos e Leituras, Letramento Matemático, Pesquisa e Intervenção.
B) Comunicação, Uso de mídias e Cultura Digital e Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de Redes Sociais • Fotografia • Histórias em Quadrinhos • Jornal Escolar • Rádio Escolar • Robótica Educacional • Tecnologias Educacionais • Vídeo
C) Cultura, Artes e Educação Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato Popular • Banda • Canto Coral • Capoeira • Cineclubes • Danças • Desenho • Educação Patrimonial • Escultura e Cerâmica • Grafite • Hip Hop • Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas • Iniciação Musical por meio da Flauta Doce • Leitura e Produção Textual, Organização de Clubes de Leitura • Mosaico • Música • Percussão • Pintura • Práticas Circenses • Teatro

<p>D) Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa e Agroecologia Educação Econômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do solo e composteira: canteiros sustentáveis (horta) e/ou Jardinagem escolar • Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal) • Horta Escolar e/ou Comunitária • Jardinagem Escolar • Uso eficiente da Água e Energia
<p>(Educação Financeira e Fiscal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidado com animais
<p>E) Educação em Direitos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em Direitos Humanos
<p>F) Esporte e Lazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esportes coletivos: vôlei, futsal, futebol, handebol, basquete. • Jogos de Tabuleiro: xadrez virtual, xadrez tradicional, dama, jogos de mesa. • Jogos com raquete e com rede divisória: badminton, tênis de campo, tênis de mesa, peteca. • Ginásticas: Ginástica rítmica, ginástica artística, ginástica acrobática, ginástica aeróbica, yoga, meditação e pilates. • Atividades aquáticas: natação, hidroginástica, polo aquático. • Atletismo / Jogos e Brincadeiras: Atletismo, múltiplas vivências esportivas, jogos e brincadeiras. • Lutas: Luta olímpica, judô, taekwondo, boxe, karatê. • Esportes de aventuras: Ciclismo, corrida de orientação, slackline, skate e patins.
<p>G) Iniciação Científica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciação Científica: pesquisa e desenvolvimento de projetos científicos relacionados à comunidade.
<p>H) Memória e História das Comunidades Tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos e Artesanato Regional; Canto Coral; Capoeira; Cineclube; Contos; Danças; Desenho; Escultura/Cerâmica; Etnojogos; Literatura de Cordel; Mosaico; Percussão; Pintura; Práticas Circenses e Teatro
<p>I) Promoção da Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde



Observamos então que Macrocampos não se configuram como conteúdos ou disciplinas. Eles são apenas componentes de organização das ações contidas no Projeto de Educação Integral da escola e que constitui o currículo a ser desenvolvido na ampliação da jornada, conforme interesse e necessidade da escola, de forma articulada com as disciplinas e aos conteúdos disciplinares. Assim pelos Macrocampos a escola e os estudantes realizam ações Pedagógicas Integradas ao Currículo cujo objetivo é a oferta de oficinas /atividades diversificadas que busquem a melhoria no processo de ensino e aprendizagem para todos os estudantes ampliando seu capital cognitivo, cultural e emocional.

4.1 Da seleção dos estudantes

Na impossibilidade da escola atender a todos os estudantes da Educação Integral no Ensino Fundamental, adotaremos os seguintes critérios em 2022 para a definição dos estudantes participantes:

- aqueles que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- aqueles em defasagem idade/ano de escolaridade;
- aqueles com dificuldade de aprendizagem
- aqueles que estimulam seus colegas – incentivadores e líderes positivos

O objetivo destes critérios, sustentados no princípio da equidade, é reduzir a desigualdade educacional a partir da ampliação da jornada escolar e da oferta de conteúdos diversificados, integrados aos currículos básicos.

4.2 Do Quadro de Educadores da Educação Integral

A Educação Integral deve conduzida por um Professor de Educação Básica e com o apoio de outros servidores. Assim para, compor o quadro de profissionais da Educação Integral contaremos com:

- a. Direção Escolar;
- b. Especialista de Educação Básica;
- c. Professores: Professor Orientador de Estudo e Professor de Oficinas;
- d. Professor Coordenador
- e. Auxiliar de Serviço de Educação Básica - ASB;
- f. Demais profissionais da escola.

As escolas municipais que ofertam a Educação Integral e Integrada devem ter atenção às Resoluções e ofícios vigentes para a composição do quadro de pessoal, cumprindo todas as exigências.

Faz-se necessário destacar que os professores, tanto de “Orientação de Estudos”, do macrocampo de Acompanhamento Pedagógico, quanto os professores de “Oficinas”, poderão assumir mais de uma atividade e/ou oficina. Esses professores deverão apresentar Plano de Trabalho, conforme modelo abaixo:

PLANO DE TRABALHO	
NOME	
COMPLETO	
MUNICÍPIO	
MACROCAMPO	
ATIVIDADES	
CONTEÚDOS QUE INTEGRAM COM O CURRÍCULO BÁSICO:	
INTRODUÇÃO	
PROBLEMATIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MACROCAMPO E DAS ATIVIDADES	
JUSTIFICATIVA	
O QUE SE ESPERA ALCANÇAR COM OS ESTUDANTES:	
METODOLOGIA	
PREVISÃO/PROPOSTA DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA (citar no mínimo TRÊS)	
RESULTADOS ESPERADOS	

4.3 Perfil dos profissionais da Educação Integral

Profissionais que possuam perfil e compreensão da Política de Educação Básica Integral, bem como metodologias e atividades diferenciadas desenvolverá um trabalho com resultados significativos na Educação Integral. Para atuar na Educação Integral os profissionais devem ser:

- (i) Receptivos
- (ii) Dinâmicos
- (iii) Abertos para o desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais que favoreçam o trabalho coletivo com toda a equipe da escola
- (iv) Ter facilidade para produzir textos e elaborar relatórios
- (v) criativo
- (vi) Ter disponibilidade para conhecer a comunidade na qual atuará

A Educação Integral é responsabilidade de todos da escola que deve dar atenção à indissociabilidade do educar/cuidando ou do cuidar/educando, incluindo acolher, garantir segurança e alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, reafirmando os três princípios:

- Éticos – no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;
- Políticos – defendendo o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- Estéticos – valorizando as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.

Ressaltamos que para assumir o cargo de Professor Coordenador da Educação Integral é preciso estar atentos às seguintes atribuições:

Para assumir o cargo de Professor Coordenador na Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

Deverá ser escolhido pela direção da escola e pelo Colegiado Escolar dentre os professores e ou Especialistas da Educação Básica que atuam ou já atuaram na Educação Integral e Integrada. Responsável em coordenar as Ações de Educação Integral e Integrada na escola

Perfil necessário: ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético:

Atribuições:

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os demais professores da Educação Integral, bem como do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral da escola as demandas e dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto aos demais professores da Educação Integral e do ensino regular para sanar suas dificuldades e deficiências;
- Elaborar projetos e atividades com foco no desenvolvimento do macrocampo selecionado pela comunidade escolar, atendendo a perspectiva da formação humana e atitudinal do estudante;
- Trabalhar em processos colaborativos e orientar o processo criativo dos alunos;
- Participar de reuniões de planejamento e realizar atividades extracurriculares no ambiente escolar e/ou fora da escola;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, com o apoio do professor coordenador e a colaboração dos demais professores, tanto da Educação Integral quanto do Ensino Regular;

- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral da escola para análise e verificação e tomada de providências, se necessário;
- Atender as demandas da escola, da **SME de Nova Floresta-PB**, no que tange à Educação Integral.

Para assumir o cargo de Professor Orientador de estudos na Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

Perfil necessário: ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético.

Atribuições:

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os professores do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral da escola as demandas de dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto com os professores do ensino regular e da Educação Integral para sanar suas dificuldades e deficiências;
- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral da escola para análise, verificação e tomada de providências, se necessário;

Para assumir o cargo de Professor de Oficinas da Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

Responsável em ministrar as oficinas e atividades dos macrocampos, conforme escolha da escola:

Perfil necessário: ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético; elaborando suas atividades com foco nos objetivos do macrocampo em que está responsável.

Atribuições:

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os demais professores da Educação Integral, bem como do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral da escola as demandas e dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto aos demais professores da Educação Integral e Integrada e do ensino regular para sanar suas dificuldades e deficiências;

- Elaborar projetos e atividades com foco no desenvolvimento do macrocampo selecionado pela comunidade escolar, atendendo a perspectiva da formação humana e atitudinal do estudante;
- Trabalhar em processos colaborativos e orientar o processo criativo dos alunos;
- Participar de reuniões de planejamento e realizar atividades extracurriculares no ambiente escolar e/ou fora da escola;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, com o apoio do professor coordenador e a colaboração dos demais professores, tanto da Educação Integral quanto do Ensino Regular
- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral e Integrada da escola para análise e verificação e tomada de providências, se necessário;

Lembramos também que para assumir o cargo de Auxiliar de Serviços Básicos na Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

Perfil necessário: ser zeloso no trato com os estudantes e a comunidade escolar, ter cuidado com o material utilizado no preparo dos alimentos e saber preparar o almoço e as refeições complementares.

Atribuições:

- Receber os gêneros destinados às merendas e refeições complementares e armazená-los adequadamente, conforme recomendações técnicas;
- Respeitar o preparo dos cardápios estipulados, seguindo, dentro do possível, as quantidades sugeridas. Manter limpos os locais de despensa, cozinha e refeitório e demais espaços utilizados pela Educação Integral;
- Estar presente no horário de almoço para dar suporte e incentivar os estudantes durante a refeição e comparecer a todas as reuniões e cursos de aperfeiçoamento, quando convocados.

4.4 Frequência Escolar

Garantir o acesso será condição na Educação Integral para os estudantes, mas é preciso garantir a permanência, pois só assim estaremos resguardando o direito à Educação Integral

“Art. 22 O controle de frequência diária dos estudantes é de responsabilidade do professor, que deverá comunicar à direção da Escola eventuais faltas consecutivas, para as providências cabíveis.

§ 1º O estabelecimento de ensino, após apurar a frequência do estudante e constatar uma ausência superior a 05 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no mês, deve entrar em contato, por escrito, com a família ou o responsável pelo estudante faltoso, com vistas a promover o seu imediato retorno às aulas e a regularização da frequência escolar”.

Cabe ressaltar que o cumprimento do dispositivo acima mencionado é cabível ao Ensino Regular e também ao funcionamento da Educação Integral e de responsabilidade da escola.

4.5 Registro das Informações

A concretização de uma Política Básica de Educação Integral e de qualidade é feita com responsabilidade na gestão das informações e no bom uso dos dados públicos, garantindo assim a ampliação dos ganhos educacionais alcançados.


Assim, orientamos as escolas a sistematizarem os dados específicos da Educação Integral. O principal sistema da Secretaria de Estado de Educação é o e-saber, ou diário de classe fornecido pela respectiva unidade escolar, portanto, a base de consulta e gestão das informações da Política se dará pelo mesmo. O uso indevido ou descuidado do sistema, não atentando a realidade existente, bem como às orientações ora postas, acarretará na má utilização dos recursos públicos e na ineficiência na oferta de uma educação de qualidade para nossos estudantes. Além do preenchimento correto do e-saber, faz-se necessário que as escolas e a **SME** se comprometam em monitorar, continuamente, as atividades e ações realizada no âmbito da educação integral, perpassando todos os pontos inseridos na Política – quantitativo de estudantes, turmas, atividades desenvolvidas e profissionais atuantes.

O correto preenchimento dos dados das turmas no educacenso inicia a organização das ações da Educação Integral de forma concreta e exequível conforme organização que a escola propõe desenvolver ao longo do ano.

As turmas de Educação Integral terão etapas definidas no sistema, podendo conter:

1. **Estudantes do 1º ao 5º ANO;**
2. **Estudantes do 6º ao 9º ANO.**

- As atividades são agrupadas por macrocampos. Elas podem ser alteradas dentro do mesmo macrocampo após o início das atividades, no entanto, **não recomendamos tal alteração** após definição do quadro de profissionais responsáveis pelas atividades;
- Após a definição dos macrocampos e submetida a turma para aprovação, **não será possível a substituição, inclusão ou exclusão de macrocampos;**
- As escolas deverão ofertar atividades de no mínimo **UM** macrocampo e no máximo **CINCO;**
- O macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” é **OBRIGATÓRIO;**
- As escolas poderão registrar no sistema uma das três opções de “Local de Funcionamento”, onde as atividades de Educação Integral são ofertadas;
- O funcionamento das turmas de Educação Integral depende de aprovação pela SEMED, para as turmas com número de alunos entre o limite mínimo permitido de 10 a 19 alunos, da autorização da **SME**.



Por fim, dúvidas pedagógicas e/ou sistêmicas deverão ser esclarecidas diretamente à junto à equipe de Monitoramento da **SME** na Educação Integral.

4.6 Financiamento do Programa de Educação Integral e Integrada

O financiamento das ações de Educação Integral e Integrada envolve 3 (três) formas de repasse de recurso

- (i) Prefeitura municipal de **Nova Floresta-PB**
- (ii) Recursos do MEC por meio do PDDE / Educacenso.
- (iii) FUNDEB/educacenso
- (iv) MDE – Recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- (v) QSE – Salário Educação
- (vi) Escola em Tempo Integral LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023 que Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

5 EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

A educação se configura dentro dos territórios, na relação com as comunidades e entre seus indivíduos e é, intrinsecamente social. Essa interação é ainda mais forte quando se considera os aspectos culturais e históricos das comunidades, em especial daquelas tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas, indígenas e do campo. Pensar uma política de Educação Integral e Integrada que perpassa pela formação integral do indivíduo e sua relação com o território sem reconhecer as perspectivas específicas de cada contexto não é possível. Portanto, a partir dessa ótica, desenham-se diferentes trajetórias e sentidos para a Educação Integral junto às diferentes modalidades educacionais da **SME**.

O desenvolvimento da Política Básica de Educação Integral e Integrada nestas escolas será pautado fundamentalmente pelos **princípios de respeito e organização social destas populações, com o objetivo de fortalecer o papel da comunidade e da escola como responsáveis pela aquisição dos conhecimentos.**

Desta forma, será com a continuidade do diálogo e do acompanhamento sistemático que realizaremos as ações qualificadas nas Escolas do Campo do município de Baraúna-PB

Para as atividades do ano letivo, as Escolas do Campo deverão ter atenção, pois também seguirão o cronograma de criação de turmas e organização do quadro de pessoal da Educação Integral e Integrada, pois será o mesmo para todas as escolas.


5.1 Das Escolas do Campo

Por se tratar de uma tarefa ampla e com diversidades específicas, torna-se fundamental um esforço coletivo intersetorial por parte da comunidade educacional e das instituições da sociedade civil na construção de uma Política Pública pautada pela garantia de direitos dessas populações, que incluem as especificidades decorrentes das formas de produzir a existência.

A partir da publicação das Diretrizes Estaduais da Educação do Campo em dezembro são classificadas como Escolas do Campo.

Nesse sentido, a **SME** considera essencial investir na política de formação para a efetivação dos direitos à educação dos sujeitos do campo. A base estruturante da formação situa-se no âmbito da Educação do Campo como paradigma teórico e metodológico. Nessa proposta está presente a preocupação com a formação de sujeitos que possam se constituir como protagonistas na construção de um projeto de escola, campo e sociedade numa perspectiva emancipatória.

Partindo do pressuposto da educação faz-se necessário construir desenhos onde a escola possa propor a formação integral e integrada dos estudantes em diálogo com o contexto imediato



desses, sem perder de vista o contexto mais amplo de inserções. Pensar uma Educação Integral e integrada nas escolas do campo é pensar o campo como instrumento de ensino, é explorar e reconhecer a dinâmica desse território como espaço de formação.

Assim, é relevante construir coletivamente propostas de atividades diversas, com o permanente diálogo da escola/comunidade e comunidade/escola, de modo que os/as estudantes se sintam parte do processo educativo e percebam que a educação está sendo construída com eles e não para eles, isso cria uma relação de pertencimento e dá significado ao que se aprende.

Em consonância com os princípios da Educação do Campo, a Educação Integral deve:

- garantir aos estudantes e suas comunidades, o acesso e apropriação crítica dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos da sociedade;
- ampliar a compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre elaReconhecer as demandas emanentes do território campesino como instrumento de ensino;
- Reconhecer, valorizar e fortalecer a identidade dos povos do campo.

6 MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Ofertar a Educação Integral é também monitorar com vistas a um monitoramento que não tenha um viés punitivo a corrigirmos o que a escola almejou e organizou, mas sim propor e traçar novas políticas.

A **SME** por meio da Coordenação Geral da Política Básica de Educação Integral disponibilizará para todas as escolas uma ferramenta e relatórios de monitoramento das ações da Educação Integral. A partir do preenchimento dos relatórios de monitoramento das ações pedagógicas da Educação Integral, propomos itens necessários para o acompanhamento da Política Básica de Educação Integral com o objetivo de verificar, analisar e apresentar estratégias as escolas para que as atividades da Educação Integral sejam significativas na aprendizagem e formação dos estudantes. As escolas que desenvolvem a Política Educação Básica Integral devem elaborar um Plano de Ação Pedagógico da Educação Integral. Este plano deve ser construído a partir das discussões com os estudantes e comunidade escolar sobre a perspectiva e proposta que desejam e almejam na Educação Integral, bem como da análise e diagnóstico dos que os professores, especialistas da educação básica, vice-diretor e diretor verificam sobre as necessidades da escola.

A partir deste Plano, todos os envolvidos nas ações da Educação Integral poderão acompanhar, desenvolver e intervir ao longo do ano nas questões que forem necessárias ajustes, mas também as atividades que são assertivas e que devam ser institucionalizadas na escola para crescimento e melhoria da aprendizagem dos estudantes.

COMPREENSÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

- Verificar a compreensão das escola sobre a Política Básica de Educação Integral;
- Identificar a perspectiva da escola para a Educação Integral;

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Conhecer as diversas formas de organização e planejamento da escola na Educação Integral;
- Analisar possibilidade de ampliação da oferta;
- Definir como será apresentada a oferta para a comunidade;
- Definir o processo de seleção de estudantes;

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

- Conhecer e analisar as propostas dos macrocampos e atividades na Educação Integral;
- Conhecer as práticas e metodologias desenvolvidas pela escola;

INTERVENÇÕES E AJUSTES PEDAGÓGICOS

23

- Conhecer as fragilidades pedagógicas das ações da Educação Integral;
- Identificar os desafios pedagógicos da Política de Educação Integral para a aprendizagem dos estudantes;

Após a elaboração do Plano de Ação, é necessário o planejamento das atividades que serão desenvolvidas nos Macrocampos, bem como a elaboração da Cartografia da escola, referente aos equipamentos públicos e não públicos disponíveis no município e entorno da escola que contribuirão neste planejamento.

PLANO DE AÇÃO – EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. DADOS DA ESCOLA

2. CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA: deverá ser inseridos dados gerais da escola referente a atendimento, corpo docente, estudantes, comunidade escolar.

3. OBJETIVOS DA OFERTA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

4. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA REFERENTE À ESCOLHA DAS ATIVIDADES OFERTADAS: macrocampos, espaços a serem utilizados e parcerias.

5. PROPOSTAS DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

6. PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL.

7 . ORIENTAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

As atividades da Educação Integral terão início com um cronograma específico envolvendo todas as situações escolares, conforme cronograma que será sugerido (**quadro 2**).

Ratificamos algumas orientações necessárias para os procedimentos de organização do Quadro de Pessoal das escolas que ofertarão Educação Integral:

➤ DO PROFESSOR EFETIVO


- O professor efetivo poderá compor o quadro de professores da Educação Integral.
- Poderá ser atribuída extensão de carga horária ao professor efetivo conforme
- O professor efetivo que optar pela extensão de carga horária deverá atender todos os módulos/aulas necessários para o fechamento da (s) carga horária na (s) da turma.
- O professor efetivo, se atribuído extensão de carga horária, será computado no comporta da Educação Integral.
- Poderá atribuir exigência curricular para o professor efetivo na Educação Integral.

➤ DO PROFESSOR EM EXCEDÊNCIA

- Poderá ser atribuídas ao professor efetivo excedente (parcialmente ou totalmente) aulas na Educação Integral.
- O professor excedente que complementar sua carga horária na Educação Integral somente poderá ser considerado no comporta se atender toda necessidade de distribuição da carga horária da turma.

➤ DO PROFESSOR COORDENADOR

- Para professor efetivo que possui perfil para a função de professor coordenador da Educação Integral e Integrada poderá ser atribuída extensão de carga horária. Lembrando que deverá cumprir a carga horária de 24 horas integral semanalmente.
- O professor efetivo poderá também, como segundo cargo, assumir a função de professor coordenador por processo de designação de professor orientador de estudos ou professor de oficinas da Educação Integral.

- 
- Caso a escola não consiga definir através do quadro de professores efetivos e de professores contratados na Educação Integral, deverá realizar a designação para a função de professor coordenador, utilizando a lista de inscritos de professores orientadores de estudo do Acompanhamento Pedagógico.
 - Caso o professor coordenador for um dos professores que compõe o quadro de professores da Educação Integral contratados, a escola deverá realizar nova designação para a vaga deste que foi indicado a função de professor coordenador.

8 LEGISLAÇÕES QUE NORTEIAM A POLÍTICA BÁSICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Dentro das legislações que devem ser observadas para a realização das Ações de Educação Integral, podemos citar em ordem cronológica:

- ✓ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- ✓ PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº17, DE 24 DE ABRIL DE 2007 - Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar.
- ✓ RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- ✓ LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.17836, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- ✓ DECRETO Nº 7.083, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre o Programa Mais Educação.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2 DE MARÇO DE 2011- Estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEx) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades Mantenedoras (EM), de que trata o inciso I, § 2º, do art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013 - Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 34 DE 6 DE SETEMBRO DE 2013 - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.

- ✓ MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL – 2014
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 4, DE 31 DE MARÇO DE 2014 - Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental e médio registrados no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do Mais Cultura nas Escolas, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 14, DE 9 DE JUNHO DE 2014 - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 15, DE 10 DE JULHO DE 2014 - Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 21, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014 - Regulamenta a operacionalização dos repasses financeiros do FNDE a partir de 2014 e a reprogramação de saldos de Programas Educacionais cujas prestações de contas sejam realizadas por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - Altera o § 3º do art. 2º da Resolução nº 15, de 10 de julho de 2014, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na escola - PDDE e de suas ações agregadas.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 16, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015 - Dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas Bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 8, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 - Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências.
- ✓ PORTARIA No- 1.144, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 - Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.
- ✓ Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, que institui em âmbito nacional o Programa Escola em Tempo Integral.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma política de Educação Integral tem como base a articulação entre os diversos atores envolvidos na sua institucionalização. Os esforços colocados neste documento não se demarcam a uma breve execução de um projeto, devem ser vistos, além disto, como um importante passo na transformação cultural e social da perspectiva de educação que as escolas mineiras trabalham.

A Política municipal de Educação Integral, assim, deve ser considerada, primeiramente, como uma política educacional, que envolve toda a escola, numa perspectiva educativa. As ações desenvolvidas no tempo ampliado são ferramentas de potencialização dessa visão. Pauta-se a **centralidade do estudante** no fazer educativo, a **gestão democrática** como pilar das nossas relações e se inspira na concepção de **cidade educadora**. As orientações aqui postas convergem para o fortalecimento desses princípios.

Há dois aspectos que carecem destaque: a qualificação no processo de gestão da Política e, principalmente, o desenvolvimento de uma perspectiva educativa que amplie os horizontes do educando, gerando novas vivências, interações sociais e aprendizados. A educação integral só fará sentido se houver essa transformação educativa na escola, na comunidade, se o ensino regular dialogar com as atividades do tempo ampliado, se os professores tiverem essa compreensão, se houver subsídio material e físico para que as atividades ocorram, se atender o maior número de estudantes possível e se efetivamente ela estiver incorporada ao Projeto político Pedagógico de cada escola

É fundamental que todos nós pensemos a Educação Integral como uma política. Esta é uma tarefa de todos. Carece do envolvimento e do compromisso também de todos os setores e atores das **SME** e das escolas. Nesse sentido, estruturamos, coletivamente, a Política pensando na sua sustentabilidade a médio e a longo prazo. Este mesmo pensamento deve estar com cada um e cada uma que executa a Política de Educação Integral, nas suas diferentes dimensões – pedagógica, de recursos humanos, de informações e financeira.

Assim, para alcançar esses objetivos e superar os desafios existentes, é necessário um esforço conjunto de todos e todas. Nas palavras de um ditado africano “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, é preciso o envolvimento de todas as Secretarias, de todos governos, para se educar uma Criança.

Finalizando, registra-se o esforço do Governo municipal em implementar uma Política Básica de Educação Integral, mesmo diante de um cenário nacional com inúmeros desafios econômicos, dialogada com os territórios e que considere suas especificidades e potencialidades sempre com um único olhar : a garantia e a busca por uma educação de qualidade e que considerem a formação plena e integral dos estudantes. Seguimos juntos e trabalhando. Mãos a Obra!

Anexos

MATRIZ CURRICULAR MODALIDADE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO (integral)
200 DIAS LETIVOS – MÓDULOS DE 60 MINUTOS

ÁREAS CURRICULARES	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL					CARGA HORÁRIA ANUAL					HORA AULA SEMANAL	TOTAL EM HORAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO SEMANAL				
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5	5	5	5	5	200	200	200	200	200	5h	8h	8h	8h	8h	8h
	Educação Física	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	1h					
	Arte	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
	SUBTOTAL	08	08	08	08	08	320	320	320	320	320	08h					
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h	2h	2h	2h	2h	2h
	SUBTOTAL	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
MATEMÁTICA	Matemática	5	5	5	5	5	200	200	200	200	200	5h	5h	5h	5h	5h	5h
	SUBTOTAL	5	5	5	5	5	200	200	200	200	200	5h					
CIÊNCIAS HUMANAS	História	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h	5h	5h	5h	5h	5h
	Geografia	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
	SUBTOTAL	4	4	4	4	4	160	160	160	160	160	4h					
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	Ciências das Religiões	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	1h					
	SUBTOTAL	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	1h					
CURRÍCULO COMPLEMENTAR	Definido pelo plano de ação da Escola	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2 h	8h	8h	8h	8h	8h
	Letramento de Língua Portuguesa	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
	Letramento Matemático	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
	Definido pelo plano de ação da Escola	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	2h					
	SUBTOTAL	8	8	8	8	8	320	320	320	320	320	8h					
TOTAL		28	28	28	28	28	1120	1120	120	1120	1120	-----	28h	28h	28h	28h	28h
TOTAL DE HORAS DO CURSO		5600h											140h				

MATRIZ CURRICULAR MODALIDADE ENSINO FUNDAMENTAL - 6º AO 9º ANO – INTEGRAL/ 200 DIAS LETIVOS – MÓDULOS

ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA ANUAL				HORA AULA SEMANAL	TOTAL EM HORAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO SEMANAL			
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5	5	5	5	200	200	200	200	4h10m	10h	10h	10h	10h
	Educação Física	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m				
	Língua Inglesa	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
	Arte	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
	SUBTOTAL	12	12	12	12	480	480	480	480	10h				
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m	6h40m	6h40m	6h40m	6h40m
	SUBTOTAL	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m				
MATEMÁTICA	Álgebra	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m	6h40m	6h40m	6h40m	6h40m
	Geometria	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
	SUBTOTAL	5	5	5	5	200	200	200	200	4h10m				
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	História	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m	8h20m	8h20m	8h20m	8h20m
	Geografia	3	3	3	3	120	120	120	120	2h30m				
	Filosofia e Sociologia	--	--	--	2	--	--	--	80	1h40m				
	SUBTOTAL	6	6	6	8	240	240	240	320	6h40m				
CIÊNCIA DAS RELIGIÕES	Ciência das Religiões	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m	8h20m	8h20m	8h20m	8h20m
	SUBTOTAL	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
CURRÍCULO COMPLEMENTAR	Educação Ambiental e Sustentabilidade	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m	6h40m	6h40m	6h40m	6h40m
	Letramento Língua Portuguesa	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
	Letramento Matemático	2	2	2	2	80	80	80	80	1h40m				
	Cidadania e Valores	2	2	2	---	80	80	80	---	1h40m				
	SUBTOTAL	8	8	8	6	320	320	320	240	6h40m				
TOTAL		36	36	36	36	1440	1440	1440	1440	31h40m	31h40m	31h40m	31h40m	
TOTAL DE HORAS DO CURSO		5.760								126h40m				

MATRIZ CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL 200 DIAS LETIVOS - ANO 2023

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	HORAS SEMESTRAIS	
	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
EU, O OUTRO E O NÓS	160	160
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	160	160
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	160	160
ESCUITA, FALA PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	160	160
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	160	160
TOTAL EM HORAS SEMESTRAL	800h	800h
TOTAL DE HORA ANUAL	1.600h	

ORIENTAÇÕES PARA O USO DO CADERNO DE REGISTROS

O Caderno de Registro é um documento oficial onde devem constar todas as etapas do processo do ensino e da aprendizagem. Assim, é importante registrar o trabalho pedagógico desenvolvido pelo(a) educador(a) durante todo o ano letivo. Para que esses registros aconteçam de forma clara e satisfatória será necessário observar as seguintes orientações:

- ❖ O Caderno de Registros, após as atividades, deve permanecer na Secretaria da Unidade Escolar e arquivado ao final do ano letivo.
- ❖ Manter atualizado o registro do planejamento das aulas, constando os saberes/conteúdos trabalhados, a assinatura do educador e as respectivas datas;
- ❖ Os registros do planejamento deverão ser mediados pelo Professor(a) Comunitário(a) e/ou Coordenador(a) Pedagógico(a);
- ❖ Registrar regularmente a presença ou ausência do(a) educando(a) e totalizá-la no final de cada mês;
- ❖ Acompanhar a aprendizagem do(a) educando(a) fundamentada em conceitos, assinalando nos campos específicos;
- ❖ Evitar rasuras no preenchimento do Caderno. Caso aconteça, comunicar imediatamente a Secretaria da(o) escola/colégio para fazer a justificativa;
- ❖ Apenas a Secretaria da Unidade Escolar poderá acrescentar o nome de novo(a) educando(a) no Caderno de Registros.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades complementares devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar considerando o contexto social dos sujeitos. Neste sentido, é importante fomentar práticas educativas que promovam aos educandos a compreensão do mundo em que vivem, de si mesmo, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas.

As atividades devem estar interligadas com as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Desta forma, na ampliação do tempo escolar na perspectiva da Educação Integral busca-se expandir o horizonte formativo do educando e estimular o desenvolvimento cognitivo, estético, ético e histórico. Retomando a perspectiva presente no Relatório Delors (UNESCO), trabalhando na educação integral com os quatro pilares da educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer.

Tendo como inspiração o Texto Desencadeador do Debate Nacional sobre a Política Curricular da Educação Básica (2012), sugere-se que as ações sejam trabalhadas na perspectiva da formação integral dos sujeitos e que, portanto, estas precisam reconhecer os educandos como produtores de conhecimento, priorizando os processos capazes de gerar sujeitos inventivos, autônomos, participativos, cooperativos e preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção na sociedade atual.

Também é preciso dar atenção à indissociabilidade do educar/cuidando ou do cuidar/educando, que inclui acolher, garantir segurança e alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, reafirmando os três princípios:

- Éticos – no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;
- Políticos – defendendo o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- Estéticos – valorizando as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira, e a construção de identidades plurais e solidárias.

Propõe-se, portanto, uma metodologia participativa, que valorize as experiências do grupo e, ao mesmo tempo, multiplique as possibilidades da contribuição diferenciada de cada um e aguace a capacidade de pensar, criar e desenvolver a assertividade.

EMENTAS

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Instrumentalização metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado dos educandos em Educação Integral.

Alfabetização/Letramento - Método contínuo e socialmente conduzido, que não se polariza em um determinado período escolar. Deve ser visto também como um processo de apropriação do sistema de escrita pela vivência em diferentes situações que compreendem espaço escolar e as experiências vivenciadas pelos estudantes em comunidade. Trata-se de um processo de alfabetização que dialoga com a realidade histórica e social das crianças, adolescentes e jovens, estabelecendo conexões com a maneira em que eles “leem o mundo”, para que depois possam ler e compreender a palavra escrita. A alfabetização e o letramento tomam a escrita na sua função social, como meio da inserção do estudante, sujeito de direitos. Compreensão e produção de textos de diferentes gêneros em situações comunicativas, tanto na modalidade escrita quanto na modalidade oral.

Línguas Estrangeiras – Introdução de estruturas básicas em línguas estrangeiras para a leitura, fala, escrita e oralidade. Orientação para organização de “Centros de Vivências Interlinguísticas” - espaços para a imersão cultural e interação social de estudantes, professores e comunidades (locais e internacionais) onde os estudantes terão a oportunidade de entrar em contato com culturas e costumes diversos. Ampliar o tempo de permanência em atividades formativas, com objetivo de vivenciar o aprendizado da língua como uma experiência de comunicação humana, refletindo em novas maneiras do indivíduo ler e se expressar no mundo.

Língua Portuguesa: ênfase em Leitura e Produção de Texto – Desenvolvimento da leitura como prática social, aplicada às situações de interação verbal e escrita com interlocutores sociais (autoridades, lideranças, artistas e outros), por meio do uso da escrita em situações formais e informais que realcem a diferença e a multiplicidade de discursos, entrevistas, correspondências, audiências, manifestos, convocações, anúncios, comunicados, etc.

Matemática – Potencialização de aprendizagens matemáticas significativas por meio de resoluções de problemas, mobilizando os recursos cognitivos dos estudantes.

Orientação de Estudos e Leitura – Articulação entre o currículo estabelecido da escola e as atividades pedagógicas, contemplando as diferentes áreas do conhecimento e envolvendo todas as atividades disponíveis anteriormente (alfabetização, matemática, história, ciências, geografia e línguas estrangeiras), ensejando assim o permanente diálogo entre os professores da escola e os monitores do programa.

COMUNICAÇÃO, USO DE MÍDIAS E CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA

Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica oferece às escolas a possibilidade de criarem e fortalecerem ecossistemas comunicativos, estimulando práticas de socialização e convivência no espaço escolar. Trata-se de um novo olhar sobre a relação

dos campos Educação e Comunicação que, quando articuladas para fins pedagógicos, são capazes de constituir redes virtuosas de comunicação e comunicadores firmadas em práticas colaborativas e democráticas.

Ambiente de Redes Sociais – Promoção da cultura participativa por meio de ambientes de relacionamento em rede, criação de blogs e participação em redes sociais que facilitem a expressão artística-linguística e o engajamento sociocultural do estudante, fomentando o respeito à diversidade, combate aos estereótipos, ética e cidadania e promoção da saúde e qualidade de vida.

Fotografia – Utilização da fotografia como dispositivo pedagógico de reconhecimento das diferentes imagens e identidades que envolvem a realidade dos estudantes, da escola e da comunidade. Por meio da fotografia, a escola pode trabalhar o tema Educação em Direitos Humanos compreendendo um conjunto de ações educacionais que tem a finalidade de promover o respeito dos direitos e liberdades fundamentais, contribuir para a prevenção e combate ao preconceito, bullying, discriminação e violências. Na área da saúde, a escola pode realizar uma mostra fotográfica sobre hábitos saudáveis no dia-a-dia, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Importante ressaltar que a elaboração de estratégias na área da saúde deve ser feita prioritariamente a partir do estudo de problemas de saúde locais/regionais específicos à realidade e às necessidades apresentadas pelo território.

Histórias em Quadrinhos – Utilização deste gênero textual para a formação do gosto pela leitura e para o desenvolvimento estético-visual de projetos educativos, numa perspectiva de respeito à diversidade; proteção da infância e adolescência; equidade de gênero e diversidade sexual; enfrentamento ao trabalho infantil; inclusão de pessoas com deficiência; democracia e cidadania; liberdade artística, livre expressão do pensamento, entre outras. Na área da promoção da saúde, são diversos os temas que podem ser criativamente trabalhados por meio das Histórias em Quadrinhos: saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual, práticas corporais, educação para saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras), saúde mental e prevenção à violência, entre outros.

Jornal Escolar – Utilização de recursos de mídia impressa no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares. Exercício da inteligência comunicativa compartilhada com outras escolas e comunidades objetivando a promoção de uma cultura de respeito aos direitos e liberdades fundamentais, da prática democrática e solidária por meio de atividades que valorizem o respeito às diferenças, valorize a diversidade étnico-racial, cultural, geracional, territorial, corporal, de gênero e diversidade sexual, de nacionalidade. Construção de propostas de cidadania engajando os estudantes em experiências de aprendizagens significativas.

Rádio Escolar – Essa atividade tem o propósito de trazer para o universo do estudante temas de direitos humanos e promoção da saúde por meio de projeto de rádio escolar, permitindo o acesso e a difusão de informação sobre direitos e liberdades fundamentais, estimulando práticas de respeito às diferenças, assim como campanhas nas quais os estudantes se engajam para promoção da saúde na escola e na comunidade, além da prevenção de doenças e agravos.

Robótica Educacional – Objetiva preparar os estudantes para montar mecanismos robotizados simples baseados na utilização de "kits de montagem", possibilitando o desenvolvimento de habilidades em montagem e programação de robôs. Proporciona um ambiente de aprendizagem criativo e lúdico, em contato com o mundo tecnológico, colocando em prática conceitos teóricos a partir de uma situação interativa, interdisciplinar e integrada. Permite uma diversidade de abordagens pedagógicas em projetos que desenvolvam habilidades e competências por meio da lógica, blocos lógicos, noção espacial, teoria de controle de sistema de computação, pensamento matemático, sistemas eletrônicos, mecânica, automação, sistema de aquisição de dados, ecologia, trabalhos em grupos, organização e planejamento de projetos.

Vídeo – Essa atividade tem o propósito de trazer para o universo do estudante temas de direitos humanos e promoção da saúde por meio da produção audiovisual, com exibição de curtas, produção de vídeo-histórias, criação de roteiros, filmagens, envolvendo expressões próprias da cultura local, com temas que tratem da valorização das diferenças, da afirmação da equidade, da afirmação das identidades e do registro da história local. Além disso, possibilita tratar dos temas de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, por meio de pequenos documentários e/ou curtas-metragens, envolvendo os estudantes em pesquisas sobre hábitos saudáveis, levando-os a refletirem sobre os desafios locais.

CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Incentivo à produção artística e cultural, individual e coletiva dos estudantes como possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, bem como da valorização às questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento ao local e à sua história.

Artesanato Popular – O artesanato enquanto manifestação popular permitirá a criação de objetos utilitários feitos manualmente. Partindo dos conhecimentos e saberes locais, a técnica deve ser percebida enquanto elemento cultural vivo nas comunidades, pois é passada de pai para filho. O artesão expressa em sua arte, uma espontaneidade ingênua, suas crenças, tradições e saberes, manifestando experiências e visão de mundo, a partir de suas produções artesanais concebidas na arte popular regional de determinado território.

Banda – Desenvolver a autoestima, a integração sociocultural, o trabalho em equipe e o civismo pela valorização, reconhecimento e recriação das culturas populares.

Canto Coral – Propiciar ao estudante condições para o aprimoramento de técnicas vocais do ponto de vista sensorial, intelectual e afetivo, tornando-o capaz de expressar-se com liberdade por meio da música e auxiliando na formação do ouvinte, de forma a contribuir para a integração social e valorização das culturas populares.

Capoeira – Incentivo à prática da capoeira como motivação para desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, enfatizando os seus aspectos culturais, físicos, éticos, estéticos e sociais, a origem e evolução da capoeira, seu histórico, fundamentos, rituais, músicas, cânticos, instrumentos, jogo e roda e seus mestres.

Cineclube – Produção e realização de sessões cinematográficas, desde a curadoria à divulgação (conteúdo e forma), técnicas de operação dos equipamentos e implementação de debate. Noções básicas de distribuição do equipamento no espaço destinado a ele, de modelos de sustentabilidade para a atividade de exibição não comercial e de direitos autorais e patrimoniais, além de cultura cinematográfica – história do cinema, linguagem, cidadania audiovisual.

Danças – Organização de danças coletivas (regionais, clássicas, circulares e contemporâneas) que permitam apropriação de espaços, ritmos e possibilidades de subjetivação de crianças, adolescentes e jovens. Promoção da saúde e socialização por meio do movimento do corpo em dança.

Desenho – Introdução ao conhecimento teórico-prático da linguagem visual, do processo criativo e da criação de imagens. Experimentação do desenho como linguagem, comunicação e conhecimento. Percepção das formas. Desenho artístico. Composição, desenho de observação e de memória. Experimentações estéticas a partir do ato de desenhar. Oferecimento de diferentes possibilidades de produção artística e/ou técnicas por meio do desenho. Desenvolvimento intelectual, por meio do ato de criação.

Escultura/Cerâmica – Desenvolvimento intelectual por meio do ato de criação, emocional, social, perceptivo e físico e experimentações estéticas a partir de práticas de escultura. Iniciação aos procedimentos de preparação e execução de uma obra escultórica como arte e introdução às principais questões da escultura contemporânea.

Grafite – Estímulo ao protagonismo juvenil na concepção de projetos culturais, sociais e artísticos a serem desenvolvidos na escola ou na comunidade. Valorização do Grafite como arte gráfica e estética e como expressão cultural juvenil que busca enraizamento identitário local/global. Promoção da autoestima pessoal e comunitária por meio da revitalização de espaços públicos. Diferenciação de pichação e grafite.

Hip-Hop – Valorização do Hip Hop como expressão cultural juvenil que busca enraizamento identitário local/global. Estímulo ao protagonismo juvenil na concepção de projetos culturais, sociais e artísticos a serem desenvolvidos na escola ou na comunidade.

Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas – Desenvolvimento dos elementos técnico- musicais, bem como, do trabalho em grupo, da cooperação, do respeito mútuo, da solidariedade, do senso crítico e da autonomia. Pode-se utilizar a percussão corporal, os jogos musicais e as dinâmicas de grupo como ferramentas do processo de ensino- aprendizagem musical. Construção de instrumentos musicais alternativos. Execução, apreciação e criação musical. Repertório com peças de variados estilos e gêneros musicais. Valorização da cultura brasileira e das culturas regionais.

Iniciação Musical por meio da Flauta Doce – Desenvolvimento sociocultural pela valorização, reconhecimento e recriação das culturas populares, entendendo a música como linguagem, manifestação cultural e prática socializadora. Aprendizado de estruturas básicas

de “diálogo musical”, envolvendo leitura, interpretação e improvisação por meio de vivências artísticas coletivas com crianças e adolescentes.

Leitura e Produção Textual – Desenvolvimento de atitudes e práticas para constituição de leitores, por meio da vivência da leitura e da produção de textos. Incentivo à leitura de obras que permitam aos estudantes encontros com diferentes gêneros literários e de escrita, especialmente no que se refere ao ler para apreciar/fruir, conhecer e criar.

Leitura: Organização de Clubes de Leitura - Criação de grupo para prática de leitura em comum, partilhada, inclusive em voz alta e para várias pessoas ao mesmo tempo, compartilhando sentimentos, conhecimentos, interpretações e histórias de leitura. Construção de agenda para criação do grupo, difusão da ideia, escolha dos livros com atenção para a diversidade das temáticas, definição do nome do grupo, sessão de debate.

Percussão – Aprendizado de técnicas em diversos instrumentos de percussão por meio de uma abordagem integradora, tratando de aspectos relacionados não só com a mecânica e a técnica instrumental, mas também, com performance, apreciação e criação musical. Integração social e desenvolvimento sociocultural pela valorização, reconhecimento e recriação das culturas populares.

Pintura – Desenvolvimento intelectual, por meio do ato de criação, emocional, social, perceptivo, físico e estético, tendo como direcionamento a pintura como arte. Estudo teórico e prático da linguagem pictórica. Utilização de técnicas tradicionais, contemporâneas e experimentais das formas de pintura. Conhecimento e apreciação de obras clássicas e contemporâneas de pintura.

Teatro – Promoção por meio dos jogos teatrais de processos de socialização e criatividade, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de comunicação pelo corpo em processos de reconhecimentos em práticas coletivas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIASOLIDÁRIA E CRIATIVA/EDUCAÇÃO ECONÔMICA (Escolas 2013)

Processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, de conhecimentos, de habilidades, de competências e de atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e econômica. Nessa construção ganha ênfase o debate sobre a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, que estimulem atividades baseadas em experiências que motivem a criatividade e o protagonismo juvenil, promovendo a educação para o consumo consciente e responsável. Este macrocampo é pautado por uma intencionalidade pedagógica que visa estimular, debater e desenvolver formas sustentáveis de ser e estar no mundo, a partir de três dimensões: espaço físico, gestão e currículo.

Horta Escolar e/ou Comunitária – Desenvolvimento de experiências de cultivo da horta como um espaço educador sustentável, a partir do qual se vivencia processos de produção de alimentos, segurança alimentar, práticas de cultivos relacionados à biodiversidade local e

à formação de farmácias vivas e de combate ao desperdício, à degradação e ao consumismo, para a melhoria da qualidade de vida.

Jardinagem Escolar – Intervenção para a qualificação do ambiente escolar, como espaço de cuidados, de práticas de permacultura, de afeição pela vida, de educação sensorial e de interação com a biodiversidade, por meio do cultivo de plantas ornamentais nativas, medicinais, aromáticas, comestíveis, cercas vivas, arborização e de práticas que auxiliam a repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar na vida cotidiana.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SOCIEDADE SUSTENTÁVEL (Escolas 2012)

Processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, de conhecimentos, de habilidades, de competências e de atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental. Nessa construção ganha ênfase o debate sobre a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, com intencionalidade pedagógica de estimular, debater e desenvolver formas sustentáveis de ser e estar no mundo, a partir de três dimensões: espaço físico, gestão e currículo.

Com-vidas (organização de coletivos pró meio-ambiente) – Com esta atividade a escola poderá criar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA, visando intercâmbios entre escola e comunidade. Esta atividade visa combater as práticas relacionadas ao desperdício, à degradação e ao consumismo para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Seu objetivo é fomentar o debate sobre a produção de alimentos, a segurança alimentar, o resgate de cultivos originais, a manutenção da biodiversidade local e a formação de farmácias vivas, em sua conexão com a qualidade de vida e a prática educativa. Um exemplo desta atividade é a implantação da horta como um espaço educador sustentável que estimule a incorporação, a percepção e a valorização da dimensão educativa a partir do meio ambiente.

ESPORTE E LAZER

Atividades baseadas em práticas corporais, lúdicas e esportivas, enfatizando o resgate da cultura local, bem como o fortalecimento da diversidade cultural. As vivências trabalhadas na perspectiva do esporte educacional devem ser voltadas para o desenvolvimento integral do estudante, atribuindo significado às práticas desenvolvidas com criticidade e criatividade. O acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas visará incorporá-la ao modo de vida cotidiano.

Atletismo; Badminton; Basquete; Futebol; Futsal; Handebol; Natação; Tênis de Campo; Tênis de Mesa; Voleibol; Vôlei de Praia; Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual – Apoio às práticas esportivas para o desenvolvimento integral dos estudantes pela cooperação, socialização e superação de limites pessoais e coletivos, proporcionando, assim, a promoção da saúde.

Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas – Ação pedagógica, por meio de uma proposta planejada, inclusiva, participativa, que possibilita o desenvolvimento de diversas modalidades, tais como: futebol, voleibol, basquetebol, handebol, futsal, jogos e

brincadeiras, tendo o atletismo como base. As atividades devem valorizar o prazer e o lúdico, pressupostos do Esporte Educacional.

Judô, Karatê, Luta Olímpica e Taekwondo – Estímulo à prática e vivência das manifestações corporais relacionadas às lutas e suas variações, como motivação ao desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes. Acesso aos processos históricos das lutas e suas relações às questões histórico-culturais, origens e evolução, assim como o valor contemporâneo destas manifestações para o homem. Incentivo ao uso e valorização dos preceitos morais, éticos e estéticos trabalhados pelas lutas.

Recreação e Lazer/Brinquedoteca – Incentivo às práticas de recreação e lazer como potencializadoras do aprendizado das convivências humanas em prol da saúde e da alegria. Priorização do brincar como elemento fundamental da formação da criança e do adolescente.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos compreende um conjunto de atividades educacionais que tem a finalidade de promover o respeito dos direitos e liberdades fundamentais, contribuindo para a prevenção e combate ao preconceito, discriminação e violências. Essas atividades devem proporcionar conhecimento, habilidades, competências e capacidade para que os estudantes sejam protagonistas da construção e promoção de uma cultura de direitos humanos.

Educação em Direitos Humanos – Por meio de múltiplas linguagens artísticas, entre as quais a fotografia, o vídeo, a literatura, a música e a dança, esta atividade se propõe a abordar os direitos humanos de maneira transversal e interdisciplinar, levando os estudantes a refletirem e dialogarem sobre seus direitos e responsabilidades enquanto protagonistas de uma sociedade livre, pluralista e inclusiva, a partir do contexto escolar e social no qual estão inseridos. Os recursos disponibilizados permitem que ao longo do ano sejam organizadas exposições fotográficas, apresentações musicais e teatrais, mostra de vídeos, entre outros, a respeito das diversas temáticas de direitos humanos, quais sejam: proteção da infância e adolescência; equidade de gênero e diversidade sexual; enfrentamento ao trabalho infantil; bullying; memória e verdade; história e cultura africana e indígena; inclusão de pessoas com deficiência; democracia e cidadania; liberdade artística, livre expressão do pensamento, entre outras.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

Apoio à formação integral dos estudantes com ações de prevenção e atenção à saúde, por meio de atividades educativas que poderão ser incluídas no projeto político pedagógico (projetos interdisciplinares, teatro, oficinas, palestras, debates e feiras) em temas da área de saúde como saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual, práticas corporais, educação para saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras), saúde mental e prevenção à violência. Desse modo, possibilitar o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e promoção à saúde no espaço escolar, a fim de prevenir os

agravos à saúde e vulnerabilidades, com objetivo de garantir a qualidade de vida, além de fortalecer a relação entre as redes públicas de educação e saúde.

Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde – Criação de estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos a partir do estudo de problemas de saúde regionais: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, etc. Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos no currículo escolar por meio de alimentação saudável dentro e fora da escola; saúde bucal; práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes

EDUCAÇÃO DO CAMPO

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO – Obrigatório

Instrumentalização metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado aos estudantes do Programa Mais Educação, por meio de uma atividade única chamada CAMPOS DO CONHECIMENTO. Essa atividade deverá contemplar todas as áreas de conhecimento:

Ciências Humanas – Estudo da relação dos seres humanos com tempos e espaços na coprodução e transformação cultural, política e histórica.

Ciências e Saúde – Estudo dos aspectos biológicos e socioculturais do ser humano e de todas as formas de vida; fomento das ciências como ferramentas de recriação da vida e da sustentabilidade da Terra; problematização das ciências da natureza e das ciências ambientais; compromisso do ser humano na sustentabilidade do planeta. Criação de estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos a partir do estudo de problemas de saúde regionais: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, etc. Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos no currículo escolar por meio de alimentação saudável dentro e fora da escola; saúde bucal; práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes.

Etnolinguagem – Levantamento, pesquisa e análise de linguagem (figuras de linguagem regional, dialetos, formas comunicativas em comunidades tradicionais), textos folclóricos e dados etnológicos, verificados em comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, etc), a fim de garantir os processos de preservação e valorização das diferentes formas comunicativas territoriais.

Leitura e Produção Textual – Desenvolvimento de atitudes e práticas que favoreçam a constituição de leitores assíduos a partir de procedimentos didáticos criativos, seduzindo os estudantes às diferentes possibilidades de leitura e de criação de textos. Incentivo à leitura de obras que permitam aos estudantes encontros com diferentes gêneros literários e de escrita, especialmente no que se refere ao ler para apreciar/fruir, conhecer e criar.

Matemática – Potencialização de aprendizagens matemáticas significativas por meio de resoluções de problemas, mobilizando os recursos cognitivos dos estudantes.

AGROECOLOGIA

A atividade de agroecologia envolve ações de educação ambiental voltadas para a construção de valores sociais, conhecimentos e competências que promovam a sustentabilidade socioambiental e a qualidade de vida. Ela envolve processos educativos baseados na agricultura familiar, no resgate da cultura tradicional local e na valorização da biodiversidade, princípios fundamentais para apoiar a escola na transição para a sustentabilidade.

A agroecologia recupera antigas técnicas de povos tradicionais e das culturas locais, agregando a esses saberes os conhecimentos científicos acumulados sobre o cuidado com o solo, o manejo da terra, o cultivo das diversas espécies vegetais em equilíbrio com a fauna local. Seu objetivo é estimular o debate sobre a produção de alimentos, a segurança alimentar, o resgate de cultivos originais, a proteção da biodiversidade, a qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental. Respeitando-se os ecossistemas de cada localidade, as atividades agroecológicas podem ser desenvolvidas de diversas formas, entre as quais:

Canteiros Sustentáveis – Desenvolvimento de experiências de cultivo de plantas medicinais, canteiros de hortaliças, mudas de espécies nativas para o reflorestamento de áreas degradadas, resgate de cultivos originais do bioma da região e tecnologias de manejo sustentável de plantas; (Assim, é possível construir uma horta, que pode servir como fonte de alimentos para a merenda escolar, viveiros destinados a produzir mudas de espécies nativas para o reflorestamento de áreas degradadas, farmácias vivas, formadas por plantas com propriedades medicinais e outros canteiros sustentáveis compatíveis com o bioma local.).

COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Coletivo escolar que promove o diálogo e pauta decisões sobre a sustentabilidade socioambiental, a qualidade de vida, o consumo e alimentação sustentável e o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Este colegiado envolve estudantes, professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade com o objetivo de trabalhar a educação ambiental na escola, estabelecendo relações da comunidade escolar com seu território em busca de melhoria da qualidade de vida. A constituição desse coletivo é fundamental para o planejamento das ações e o acompanhamento da transição das escolas rumo à sustentabilidade nas suas distintas dimensões (social, econômica, ética e cultural), fazendo pequenas adaptações na estrutura física da escola e promovendo o debate sobre a Pegada Ecológica² da escola e as possibilidades de redução do impacto dos estilos de vida e padrões de consumo sobre o planeta.

Conservação do Solo e Composteira (ou Minhocário) – A atividade visa o consumo sustentável e a gestão de resíduos convidando os estudantes a debater sobre o cuidado com o meio ambiente, o consumo consciente, a geração de lixo e seus impactos, a importância da coleta seletiva e do descarte adequado. A construção de uma composteira ou um minhocário para processar o lixo orgânico gerado na escola, produzindo um material

fértil que pode ser utilizado como adubo em hortas e plantações ou até mesmo biocombustível, em associação com outras escolas, é o objetivo desta atividade.

Cuidado com Animais – Atividades de estudo dos animais de cada região, diferentes espécies e suas características, manejo, hábitos alimentares, tratamento de dejetos, cuidado sanitário com fitoterapia e homeopatia e demais tecnologias apropriadas e sustentáveis. A aprendizagem de sala de aula e laboratório pode ser aplicada em visitas e oficinas nas propriedades dos estudantes e/ou entorno da escola.

CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Brinquedos e Artesanato Regional – Os brinquedos e o artesanato enquanto manifestações da cultura popular permitirão criação e confecção de objetos utilitários feitos manualmente. Partindo dos conhecimentos e saberes locais, a técnica deve ser percebida enquanto elemento cultural vivo nas comunidades, pois é passada de pai para filho. O artesão expressa em sua arte, espontaneidade, crenças, tradições e saberes, manifestando experiências e visão de mundo, a partir de suas produções artesanais concebidas na arte popular regional de determinado território.

Contos – Incentivar a prática de leitura e contação de histórias junto aos estudantes e à comunidade, a fim de promover a saúde e a educação por meio da cultura popular a partir do legado da literatura de contos.

Etnojogos – Diversidade etnocultural na educação física escolar, objetivando a preservação de jogos tradicionais, brincadeiras e manifestações esportivas regionais (cabo de guerra, atletismo, corrida com tora, futebol de cabeça, jogo com tacos, etc.).

Literatura de Cordel – Aprendizado de estruturas básicas de literatura, envolvendo leitura, interpretação e improvisação por meio de vivências coletivas com crianças e adolescentes. Desenvolvimento sociocultural pela valorização, reconhecimento e recriação das culturas populares e iniciação à literatura de cordel como linguagem, manifestação cultural e prática socializadora.